“QUEM” OU “O QUE” SÃO OS ANIMAIS? UM ESTUDO SOBRE COMO OS DEFENSORES DOS ANIMAIS (RE)DEFINEM SUA NATUREZA

Ana Paula Perrota¹

Introdução

No momento em que me direcionava ao IFCS, passei ao lado de um centro de tortura, que mantém animais presos em jaulas para vendê-los. No momento em que passava em frente ao local, pude então observar um dos torturadores abrindo uma das jaulas que prendia dentro uma galinha inocente. O torturador realizava essa ação para roubar os ovos da galinha, que bravamente resistiu, abanando rapidamente suas asas, tentando impedir que fossem levados.

A cena descrita acima pode ser contada de outro modo: “no momento em que me direcionava ao IFCS passei em frente à uma loja agropecuária que comercializa pequenos animais. No momento em que passava em frente à loja pude observar um funcionário retirando os ovos que uma galinha havia botado. O funcionário encontrava dificuldades em realizar essa ação devido a movimentação da ave com as asas dentro da gaiola”. Comparando essas duas narrativas, podemos classificar a primeira como um modo “estranho” para a maioria de nós. E a segunda narrativa pode ser pensada como uma forma “familiar” de descrever o ocorrido. Mas o que está em jogo ao tratarmos desses modos de “enxergar a mesma situação” é uma disputa sobre a realidade dos animais. Da perspectiva dos defensores dos animais, a primeira descrição tem como ponto de partida a situação de vítima vivida pela galinha. A segunda descrição, em conformidade com o pensamento e uso instrumental do animal, consiste em observar o trabalho do funcionário. Em linhas gerais, ao levarmos em conta esses modos de contar a mesma história, observamos a inscrição dos animais em dois registros de saber: o primeiro como sujeito e o segundo como objeto.

De acordo com Éric Baratay (2012), sustentar que o animal é um sujeito, e não um objeto, contradiz uma concepção ocidental que vem desde a filosofia grega antiga. Ao longo da história do pensamento ocidental, os animais foram rebaixados, como afirma Baratay, a um objeto sem interesse intrínseco. Como resultado dessa condição, a história que temos contado é uma história humana sobre os animais e não uma história dos animais. A respeito desse panorama, Éric Baratay (2012) aponta criticamente que,

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

embora exista entre os animais “uma história feita de carne e de sangue, de sensações e emoções, de medo, de dor e de prazer, de violências sofridas e de cumplicidades” (p. 11), essa história não é contada sob o ponto de vista dos animais. Como afirma, o pensamento ocidental não diz nada sobre os animais, mas focaliza as representações, os dizeres e os gestos dos homens sobre os animais. No momento em que se considera que o animal também vê, inicia-se uma reviravolta na sua relação com o homem. Trata-se de uma virada conceitual, produzida pelo deslocamento do olhar do homem sobre o animal. A reversão desse assujeitamento, a partir da atribuição de uma agência restrita aos humanos, coloca em questão os conceitos e a experiência histórica da relação entre os viventes.

Em paralelo a esse esforço de “ver” os animais, existem atualmente grupos políticos que se organizam para a defesa dos animais no Brasil e em diferentes países. A existência de movimentos engajados com a causa animal não é um fenômeno novo. Já em 1824, na Inglaterra, foi organizada a primeira Sociedade para prevenção de crueldade contra os animais. As formas de organização e manifestações políticas em favor dos animais são caracterizadas também por uma heterogeneidade, tanto no que diz respeito às causas quanto às espécies que são reivindicadas proteção. Observamos a autuação de grupos políticos com agendas focadas em determinadas espécies e questões e grupos com agendas que compreendem multi-questões. Como exemplo, é possível citar organizações preocupadas com o resgate de cães e gatos em ambientes urbanos, grupos preocupados com a caça de baleias no Ártico, bem como organizações que se dedicam a preservar determinada espécie ameaçada de extinção, etc.

Mais recentemente, a partir dos anos 1970, surgiram os chamados movimentos de libertação animal, que constroem sua causa a partir da reivindicação do princípio da igualdade animal em comparação com os seres humanos. Esses movimentos, também chamados de movimentos de defesa dos direitos dos animais, lutam para que todas as espécies, de forma indistinta, sejam livres da exploração do homem. O que significa dizer que os militantes desse grupo político se esforçam para acabar com todas as atividades humanas que façam uso de animais, como produção de alimentos, experimentação científica e mesmo rodeios ou circos, por exemplo. Nesse sentido, esses agentes são chamados e se auto-intitulam como “abolicionistas animais”, pois pretendem se constituir como uma continuação dos movimentos de libertação relativos a certos grupos humanos (Celka, 2013).

No presente artigo, meu objetivo é tratar dos agentes que se organizam politicamente para defender os direitos dos animais, por entender que sua forma de ação política traz como tensão o modo de “ver” os animais. Na medida em que buscam a verdade por trás das ideias que fazem dos animais objetos ao invés de sujeitos que merecem consideração moral, os defensores buscam construir e impor novos modos de pensar e agir sobre os animais.

A respeito dessa forma de mobilização, observa-se que também existem diferenças entre esses agentes no que diz respeito à sua forma de organização política. De uma maneira geral, embora exista como fundo comum para os abolicionistas a reivindicação de direitos básicos para os animais, nos moldes dos direitos dos humanos, os participantes desses grupos desempenham formas de ação distintas que identifiquei, a partir de um esforço de sistematização, como ação direta e ação intelectual. Os agentes que trabalham em prol dos animais a partir da ação direta realizam atividades que envolvem algum tipo organização prática, como por exemplo, o resgate de cães utilizados em experimentos científicos que ocorreu no Instituto Royal, localizado no estado de São Paulo, em 2013. Os agentes que realizam ação intelectual são aqueles que desenvolvem atividades acadêmicas e de pesquisa com vistas a dar suporte lógico e científico à causa animal, seja através da publicação de dissertações, teses e livros sobre o tema, seja através da promoção de encontros e seminários para debater e/ou disseminar a causa.

Não se trata de afirmar que essa identificação de grupos que se mobilizam em favor dos animais consiga abranger a totalidade de formas que o ativismo abolicionista adquire. E nem de dizer que essa divisão é fixa, ou seja, que os agentes não desempenhem ações relativas aos diferentes campos mencionados. Todavia os conflitos, as tensões e disputas internas que fazem parte do campo animalitário não serão alvos de minha discussão. Mas, pretendo focar as atividades dos chamados abolicionistas que defendem os direitos dos animais através de ações intelectuais.

A partir dessas considerações iniciais, esse artigo terá como objeto de estudo a ação dos defensores dos animais, que embasados por um saber científico-filosófico buscam elaborar uma teoria ética e do direito dos animais. Os agentes a quem chamarei nesse texto de defensores dos animais são professores/pesquisadores que possuem inserção acadêmica em instituições de ensino superior em diferentes regiões do país e em diversas áreas como direito, biologia, medicina veterinária, filosofia. A maior parte

integra o corpo de universidades públicas, e eles mesmos reconhecem seus trabalhos como científicos. Somam-se aos professores/pesquisadores membros do Ministério Público do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que atuam profissionalmente na esfera do direito dos animais protocolando denúncias contra rodeios, circos, zoológicos, etc. Como já foi dito, a atuação desses atores consiste na produção de artigos, livros, no desenvolvimento de disciplinas a serem ministradas em cursos de graduação e pós-graduação, na promoção de reuniões, congressos, seminários, chamados de encontros animalistas.

Através da leitura dos trabalhos textuais produzidos pelos defensores dos animais e das participações nos encontros animalistas foi possível identificar que determinados agentes se destacam nesse campo por motivos como: o ineditismo com que abordaram o tema, ou seja, passaram a se dedicar a causa animalista em um momento que o debate estava praticamente ausente no Brasil; pela frequência com que participam dos encontros animalistas e a maneira como são apresentados nessas ocasiões. Considera-se que seus trabalhos são referências imprescindíveis para quem se interessa pela causa, tanto pelo volume de publicações produzidas, quanto pela considerada qualidade desses trabalhos. Existe, se assim podemos dizer então, um núcleo duro que se destaca como nomes conhecidos e reverenciados como precursores da causa animal abolicionista no país e bibliografia básica para quem desejam conhecer o tema ou atuar nessa causa política. Considerando a existência desse núcleo duro, me deterei sobre esses autores a fim de analisar o conteúdo dos trabalhos produzido por eles, tendo em vista o modo como justificam que animais sejam considerados sujeitos de direitos.

A partir do mapeamento do trabalho desses agentes, observa-se que esses grupos lutam para que a história animal também seja contada. Tanto a partir do seu reconhecimento como sujeitos, quanto através de uma luta política por justiça e direito. Nesse caso, os defensores dos animais consideram que esses viventes são vítimas de inúmeras formas de exploração pelos humanos. E contra essas situações, desenvolvem uma linha argumentativa que faria da interação entre humanos e animais uma forma de exploração anti-ética que deve ser transformada. Através desse esforço intelectual, os defensores acreditam que a elaboração de fundamentos à causa animal é imprescindível em termos políticos pois legítima a causa e faz dela uma questão de justiça. E veremos então que esse esforço consiste numa (re)significação do animal, na medida que visa que sejamos capazes de “ve-los” como sujeitos morais e não como objetos amorais.

Discutiremos que o empreendimento intelectual e político dos defensores busca (re)fundar a relação entre humanos e animais na medida em que defendem uma nova ontologia animal. E é sobre esse tema que esse artigo visa discutir: a tensão colocada em xeque pelos defensores sobre a definição de animalidade. A ideia, portanto, é levar a sério a crítica desses agentes de modo a compreendermos de que maneira buscam romper com a definição do animal como objeto e autômato, e ao mesmo tempo defender que os animais são sujeitos, donos de competências que os permitiriam, por exemplo, sofrer. Conforme veremos, é essa transformação do entendimento dos animais que faria deles detentores de direitos. Embora haja discordâncias e assuntos conflituosos entre os defensores, o meu objetivo nesse artigo é buscar o que há de comum em seus esforços de reivindicação de direitos dos animais, no sentido de compreender como elaboram justificativas para a causa em questão.

Ao fazer da luta abolicionista em favor dos animais objeto desse artigo, veremos que a pergunta o que é o humano, que existe desde a antiguidade, como afirma Didier Fassin (2010), é invertida, conforme a perspectiva dos defensores, para a pergunta o que é o animal. De acordo com Didier Fassin, a busca de respostas sobre o humano consiste em estabelecer o que distingue o homem do animal, se perguntando sobre como os humanos não são apenas animais. Contudo, veremos também que, por parte dos defensores, o que está em jogo não são os marcadores que assinalam a diferença entre humanos e animais, mas os que apontam as semelhanças. Para tratar dessas questões veremos que se o termo animal é empregado principalmente de forma negativa e exclusiva, temos agora o termo humano sendo empregado de uma forma positiva e inclusiva dos animais. Por exemplo, quando se emprega o termo abate humanitário para falar das boas práticas de manejo nos frigoríficos.

Para tratar dessas questões, terei como base a pesquisa realizada durante os anos de 2010 e 2014 para a tese de doutoramento, intitulada “Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeitos de direitos” (2015). A realização dessa pesquisa contou com investigação da bibliografia produzida por esses agentes, trabalho de campo e observação participante (nos encontros, congressos, palestras organizados pelos defensores, e também em eventos que eles foram convidados como palestrantes). Além disso, o trabalho de campo contou com a participação regular no grupo de estudo

vinculado a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e, por fim, entrevistas abertas, com alguns defensores (professores/pesquisadores e membros do ministério público).

A cruzada moral dos defensores dos animais

Os defensores dos animais têm como objetivo colocar fim, conforme suas denúncias, à todas as formas de violência que vitimizam os animais. Para tanto, esses agentes realizam uma revisão naturalista da condição dos animais de modo que seja possível conferir a esses seres uma nova realidade moral em termos lógicos e racionais. Com isso, quero dizer que a reivindicação de direitos para os animais por parte dos defensores é realizada a partir do esforço de tirar esse debate de um plano que poderia ser identificado de maneira crítica e/ou pejorativa como emocional e enquadrá-lo nos debates científicos. Esse modo de ação é enunciado pelos próprios defensores que visualizam a dificuldade de terem suas reivindicações levadas a sério, caso ela não seja posta nos enquadramentos do debate científico.

A reivindicação dos direitos dos animais, conforme é realizada pelos defensores, busca confrontar o pensamento dominante no ocidente que separa humanos e animais; sujeitos e objetos em polos antagônicos e que traz implicações sobre diversas áreas de nossa vida cotidiana. Em busca dessa alteração conceitual, esses agentes inauguram então uma nova busca pelo acesso à realidade ontológica dos animais, onde figuram como seres dotados de consciência e não como autômatos. Contudo, como foi dito, esse processo não é imposto. Ao contrário, os defensores pretendem que o convencimento dessa nova realidade seja racionalmente justificada. Para inventar outro modo de conceber a realidade e se relacionar com os animais, os defensores se preocupam em construir uma argumentação, com base em fatos científicos. A argumentação nessas bases, como afirmam, a tornaria capaz de se constituir como uma contraprova à perspectiva dos animais como objetos.

Para os defensores dos animais está claro então que qualquer atividade que faça uso de animais é uma prática moralmente inconcebível, independente de ter uma finalidade ou não. Em outros termos, mesmo se um experimento científico com cobaias salvará vidas humanas, ou se o confinamento de animais em zoológicos contribuirá para a educação ou lazer de crianças, ainda assim essas práticas são tidas como moralmente condenáveis por causar dor e sofrimento aos animais. Contra essas situações e, ao contrário do esforço antropológico de compreender os diferentes processos de criação

de vínculos entre humanos e animais, os defensores pretendem impor um vínculo baseado na simetria moral entre ambos.

Nesse sentido, os defensores colocam em jogo a abertura dos seres capazes de nos obrigar moralmente a ter responsabilidade, de modo a incluir não apenas alguns animais, como cães e gatos, mas todos e de forma incondicional. Independente de nossos hábitos e desejos, o objetivo é transformar todos os animais em sujeitos morais na medida em que é reivindicado o abandono e o erro de sua concepção de objeto amoral. Trata-se não só da imposição de novas regras a respeito do que é considerado correto de se fazer com os animais, mas também da elaboração dos termos que justificam seu tratamento como sujeitos e, portanto, merecedores de consideração moral. A ação dos defensores consiste na criação de regras sociais, que como explica Howard Becker “definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”” (2008: 15). Os defensores dos animais podem ser então identificados como criadores e impositores de regras e, portanto, como “empreendedores morais” (Becker; 2008).

A forma de mobilização política em favor dos animais reivindica a inauguração de uma nova constituição moral da sociedade, que torna condenável qualquer utilização dos animais que atenda a interesses de nós, humanos. Por conseguinte, a reivindicação de direitos aos animais consiste em nos obrigar a “ver” os animais a partir deles próprios, do que seriam suas necessidades, e não a partir das necessidades humanas. Devemos reconhecê-los, conforme a perspectiva dos defensores, como agentes, nos moldes tratados por Michel Serres, ao discutir o mito de Sísifo, como foi citado por Hache e Latour (2010). Ao discutir esse mito, Michel Serres afirma que enxergamos a pedra como um simples acessório passivo, quando na verdade, trata-se de um agente (Hache e Latour, 2010: 8). Na defesa dos direitos dos animais, o objetivo é igualmente pensar sobre eles como agentes, seres que existem por eles próprios, e não por nós. Assim, pretende-se que seja compreensível dizer que animais também possuem direitos.

Contudo, para afirmar que o uso que fazemos dos animais causa a eles dor e sofrimento, os defensores buscam comprovar que animais possuem a capacidade que torna os próprios humanos sujeitos no sentido moral e jurídico. Essa capacidade é a razão. Como discutiremos, de acordo com a crítica dos defensores, os animais, desde a modernidade, teriam perdido sua consideração moral na medida em que a razão foi negada ou ignorada e tida como uma competência exclusivamente humana. O que torna

seres humanos sujeitos plenos de direitos, que se exprime no plano moral, jurídico e político, é o fato de que humanos são considerados capazes, e, portanto, sabem o que podem fazer. Conforme a perspectiva dos defensores, tornar animais merecedores de direito passa pelo esforço de tornar-los sujeitos capazes. Atribuindo essa igual competência a humanos e animais, os defensores justificam e buscam dar legitimidade à sua causa política. A racionalidade dos animais - como um fato científico - e a atribuição de direito aos animais - como um fato moral, jurídico e político - caminham juntos na crítica dos defensores, pois se constituem como aspectos interdependentes na constituição dos animais como sujeitos de direitos.

Como parte de sua cruzada moral, os defensores acreditam que é preciso repensar o lugar que os animais ocupam hoje na modernidade e no ocidente. Desse modo, esses agentes elaboram uma crítica à “moralidade ocidental” que teria sido constituída por uma ética marcada pela inexistência de princípios que nos levem a ter preocupações com os animais. De acordo com os defensores, nossa ética nos livra de qualquer mal estar acerca da instrumentalização de viventes não humanos. A insistência sobre a necessidade de continuarmos nos alimentando de animais, ou utilizando-os em experimentos científicos, decorreria, sobretudo, em razão da falta de um limite ético. Em outras palavras, não percebemos essas ações como moralmente condenáveis. Durante os encontros animalistas que participei, pude observar que os defensores pretendem produzir um entendimento aos seguintes questionamentos: “o que nos torna indiferentes ao sofrimento dos animais”, ou “por que milhões de animais são assassinados todos os dias sem qualquer sentimento de compaixão ou piedade”. E as respostas para essas questões partem fundamentalmente do pressuposto de que existe uma ética que nos torna insensíveis aos animais, e faz com que aceitemos e compactuemos com tais situações, sem nos incomodarmos.

A análise crítica sobre os argumentos que fizeram de humanos e animais seres moralmente diferentes faz parte do “empreendimento” dos defensores para a construção de um novo animal. Trata-se de desconstruir os fundamentos que nos impedem de visualizar o sofrimento vivido pelos animais, para, depois, sobre novas bases, construir os fundamentos que tornam legítima a defesa do animal como sujeito de direito. Nesse caso, nos importa questionar, conforme a perspectiva dos defensores, quais os fundamentos dessa ética/moral criticamente apontada, que nos levaria a aceitar e vivenciar sem dilemas morais a “morte” e “tortura” cotidiana de milhares de animais? E

em que contexto e a partir de quais ideias foi construído um modelo de sociedade que exclui os animais da esfera de preocupações morais?

Em primeiro lugar, devemos tratar então que, na defesa pelos direitos dos animais, os defensores discutem sobre o que seria ético e sobre o que não seria, a partir de critérios, segundo suas considerações, ligados à justiça. Desse modo, a ideia do que seriam ações éticas, em contraste com ações não éticas, assume importância central na construção de suas denúncias. Contudo, a ética enquanto conceito pode adquirir diferentes nuances se pensada, por exemplo, do ponto de vista filosófico, jurídico ou socioantropológico. Nesse caso, devemos observar qual o entendimento acerca desse conceito incorporado e instrumentalizado pelos defensores dos animais, não para pensar em sua definição correta mas para tratarmos sobre como essas noções têm um papel importante em seus esforços pela (re)definição do animal.

Embora os termos “ética” e “moral” sejam usados indiscriminadamente, há uma tentativa de definição e diferenciação desses termos, como veremos a seguir. Por “ética”, os defensores definem que se trata de um valor que reflete a justiça das ações. Para sermos justos, a maneira como agimos deve atender não apenas aos nossos interesses, mas também aos interesses de indivíduos ou grupos afetados por nós. Para uma ação ser ética, o pensamento que a orienta deve ser refletido de modo a percebermos se viola ou não os interesses daquele que é afetado:

O princípio ético substancial e fundamental para julgar as ações humanas leva em conta, exatamente, que tais ações podem ser responsáveis pelo benefício ou pelo malefício daqueles que serão afetados por elas. Não importa, neste caso, a natureza biológica daqueles que serão afetados pela atividade que está sendo julgada. O que importa, da perspectiva ética, é se tal atividade beneficia ou prejudica os seres afetados por ela (Felipe, 2008).

De acordo com os defensores, a ética deixa de existir quando nossas ações não são orientadas para beneficiar os outros. Sendo assim, é defendida a ideia de que o “cerne da questão ética pode ser identificado com o conceito de altruísmo, indicando ações que visam o bem dos afetados, o contrário de egoísmo, que indica atendimento dos interesses daquele que age” (Felipe, 2008). Diferente da “ética”, a “moral” é compreendida como o que diz respeito aos costumes e valores vigentes. A moral evoca “um hábito arraigado na cultura da sociedade em questão. Nada mais do que isso. Não se faz qualquer referência a valores dignos de serem cultivados e preservados” (Felipe, 2010a). É então historicamente, espacialmente e socialmente localizada. Nesses termos,

a “ética” é tratada como um princípio normativo que regula nossas ações, tendo em vista o outro. No caso aqui discutido, o “outro” é considerado também os animais. A moral diz respeito ao conjunto de valores e práticas vividos e, portanto, não é necessariamente ética ².

Os defensores denunciam que o uso de animais tem como objetivo atender a interesses que não os deles ou de sua espécie, mas de nós, humanos. Esse entendimento faz com que esses usos não sejam considerados éticos. Portanto, embora acreditem, por um lado, que os seres humanos são capazes de adotar o altruísmo ético, por outro lado, entendem que “os padrões mentais e morais nos quais somos formatados estão estruturados em conceitos que ainda dividem os seres vivos em grupos distintos: de um lado, os humanos, considerados dignos de respeito moral; de outro, os animais, desprezados moralmente” (Felipe, 2008). De acordo com Latour e Hache (2010), as questões morais se aplicam aos seres humanos e seus escrúpulos. Respeitando a premissa de que, para agirmos verdadeiramente como humanos, nossas ações precisam ser éticas, os defensores acreditam que devemos nos tornar responsáveis pelo fim das práticas que fazem uso de animais. Para que sejamos verdadeiramente éticos, nossas atitudes devem levar em consideração não apenas os interesses de outros membros da espécie humana, mas também os interesses dos animais:

Deixamos de ser éticos quando fazemos aos animais algo de que eles não precisam, pois isso significa que o único interesse buscado é o daquele que teve a ideia de usar um ser vivo em sua montagem, como se esse ser fosse um vivo-vazio. Descartes afirmou isso, que os animais são vivos-vazios ou autômatos, há quase quatrocentos anos (Felipe, 2010c).

Em conformidade com essa discussão, para aplicarmos um novo princípio moral ao modo como nos relacionamos com os animais, devemos antes reconhecê-los como seres capacitados de possuírem interesses. E, conforme a perspectiva dos defensores, se não

² Em consideração ao entendimento por parte dos defensores dessas duas terminologias, podemos compara-lo com a discussão realizada por Arthur Kleinman. De acordo com o autor, a moral pode ser usada em dois diferentes sentidos: em seu significado mais amplo, a moral se refere a valores. Mas em segundo lugar, esse significado não é sinônimo de bom, em um sentido ético. O que significa dizer que a experiência moral, que pessoas dividem, podem estar longe do bom, e incluir uma cumplicidade em atos terríveis, como a escravidão, por exemplo (Kleinman, 2006: 2). Observamos que de igual modo, a moral aparece no trabalho do autor ligada a experiência vivida, e a ética traz uma dimensão normativa em torno do que é correto fazer. A partir de então, adotarei nesse trabalho essa divisão e farei uso da palavra moral para tratar das questões a serem discutidas, e utilizarei o termo ética para se referir à crítica animalista elaborada e reivindicada pelos defensores.

reconhecemos, é porque existe um conjunto de valores que nos impede de percebê-los como tal:

A visão tradicional é, portanto, que animais são coisas, objetos, dos quais nos apropriamos e que possuem valoração apenas relativa, condicional, ou indireta, servindo tão somente como instrumentos para nossos fins (econômicos, alimentares, entretenimento, religiosos etc). De tanto repetirmos exaustiva e irrefletidamente essa noção, tornou-se um verdadeiro dogma em nossa cultura. (Lourenço, 2007: 282)

Conforme nossa experiência cotidiana, os defensores denunciam que seríamos orientados por uma ética que promove um “imoralismo”, ou seja, uma insensibilidade perante os animais. Dessa (i)moralidade consentida, os defensores estabelecem uma situação crítica ao denunciar que fazemos mal aos animais e essas práticas devem ser transformadas. As práticas humanas com relação aos animais são entendidas como estruturadas sobre um pensamento (anti)ético que as transformaram em hábitos culturais. Em suma, a relação entre humanos e animais consistiria em práticas rotineiras, que têm uma explicação: são oriundas de um modo de pensar que estrutura e legitima a maneira atual como tratamos e produzimos sentimentos com relação aos animais.

Diante desse cenário, a dimensão em torno da ética é mobilizada como justificativa para a transformação da nossa moral, ou seja, de nossas crenças, valores e práticas, que servem de parâmetro sobre o que podemos e o que não podemos fazer com relação aos animais. Assim, a nova ética promoveria em nós um exercício de sensibilização ao condicionar nosso sentimento moral a nos preocuparmos também com as condições de vida dos animais. As formulações para a elaboração da ética e do direito animalista consistem então na criação de um novo conjunto de julgamentos sobre o bem e o mal, com pretensões de estabelecer um sistema ideal entre teoria e prática, onde animais deixarão de ser vítimas da crueldade humana. Com base no que entendem como um princípio verdadeiramente ético, os defensores produzem e lutam para instaurar um novo campo de regulamentações para o direito, o mercado, a ciência e nós, com o objetivo de corresponder às transformações necessárias para um vínculo tratado como justo entre humanos e não humanos.

A crítica dos defensores pressupõe a transformação da nossa moral, mas essa transformação, por outro lado, implica também na transformação do animal. Ambas as transformações recaem sobre um plano científico, filosófico e cultural. Os esforços dos defensores não são apenas os de acusar uma prática cultural e dizer que é errado, mas

pretendem também justificar a partir de bases racionais porque é errado. Nesse sentido, as denúncias de que o modo como tratamos os animais é cruel não partem da premissa de que esta crueldade seja oriunda da maldade dos seres humanos. Não se trata de uma questão relacionada à natureza humana: seres humanos são naturalmente cruéis; como não se trata também de um problema individual: certas pessoas são cruéis. Para os defensores, a forma como agimos seria fruto de um paradigma que produz uma hierarquização entre humanos e animais. Esse paradigma conformaria a nossa moral, que considera legítima a concepção e o uso dos animais como objetos. Para os defensores o desafio em torno da conquista dos direitos dos animais passa então pela transformação desse paradigma, que orienta nossa forma de pensar e agir.

Base da (anti)Ética moderna

E quando teve início esse modo de pensar e se relacionar com os animais, conforme a perspectiva dos defensores? O período analisado pelos defensores corresponde ao momento identificado como o fim da Idade Média e o começo da Idade Moderna, marcada pelo predomínio da razão. Com o término da Idade Média, os defensores denunciam que a Europa desistiu de investigar a consciência animal, se contentando com a afirmação de que esses seres vivos são desprovidos de qualquer racionalidade. Nesse contexto, os animais haveriam perdido o olhar de respeito e dignidade e foram consequentemente destituídos de direitos e moralidade. Os defensores entendem que antes desse período os animais eram reconhecidos como portadores de autoconsciência, e, portanto, sujeitos morais.

Para demonstrar essa perspectiva, esses agentes citam processos e julgamentos de animais, durante a Idade Média, pelos tribunais da igreja. É mencionado, como exemplo, o fato de que os animais eram considerados coautores nos delitos e crimes dos quais os humanos eram acusados. Em casos de zoofilia, por exemplo, havia pena de morte para homens e animais, pois se pensava que os animais também se submetiam voluntariamente a este ato considerado pecaminoso. Julgamentos e enforcamentos públicos de animais eram realizados sob a justificativa de servir de exemplos para outros de sua espécie, pois se partia do pressuposto de que os animais também sabiam o que estavam fazendo.

Em geral, como nos informa Bevilaqua (2014), o fim dos julgamentos de animais é entendido como um arcaísmo superado pelo direito moderno. No entanto, para os defensores, trata-se de um acontecimento que relegou a capacidade de agência dos animais. Conforme esses agentes denunciam, essa situação, diferentemente do que ocorre hoje, demonstrava a admissão pública de consciência e autoconsciência dos animais. Mas este aspecto teria ficado para trás no momento em que o homem foi colocado no centro das preocupações morais e políticas. Ao tratar então dessa mudança de perspectiva, os defensores afirmam que:

Desde a Grécia Antiga, com Pitágoras e Aristóteles, a filosofia sabia da existência da consciência em animais não humanos. Aristóteles chega a declarar que encontra em não humanos um tipo de racionalidade que muitas vezes não encontra em humanos. Nos quatro primeiros séculos da nossa era, Sêneca, Ovídio, Porfírio e Plutarco voltam a afirmar a existência da consciência, da racionalidade e da sensibilidade em animais não humanos (...) Passada a Idade Média, com a renovação da racionalidade (que caracterizara a filosofia grega), a Europa desiste de investigar a consciência animal e contenta-se com afirmar que animais são destituídos de racionalidade (...) (Felipe, 2012c).

Os termos “tradição moral”, “ética tradicional” e ainda “moralidade ocidental” são utilizados para identificar o contexto em que os animais teriam sido excluídos da esfera pública. Assim, temos um tempo – a modernidade – e um lugar – o Ocidente – que nos ajudam a contextualizar a crítica dos defensores sobre o período em que a “sensibilidade dos animais não humanos foi ignorada”. Nossa insensibilidade seria fruto de uma perspectiva filosófica, teológica e científica que conforma a modernidade e considera os animais “seres ‘para nós’ humanos, não tendo outro propósito para estar no mundo senão o de atender às necessidades e aos desejos dos humanos” (Trajano, 2009: 2896). O esquecimento sobre as potencialidades intelectuais dos animais teria sido fundado então nesse período em que apenas os humanos adquiriram o status de pessoa. Nesse caso, a “tradição ocidental” confere aos humanos dignidade e reconhecimento moral de forma exclusiva e é responsável por “negar justiça aos animais não-humanos, trancafiando-os em universo de não existência” (Lourenço, 2007).

Mas quais os fundamentos dessa tradição que está sendo denunciada? Para tratar dessas questões, os defensores identificam os trabalhos científicos e filosóficos considerados estruturantes do pensamento moderno como proponentes dessa ética que segregou os animais. O pensamento religioso, por sua vez, também aparece em seus trabalhos como alicerce da realidade experienciada atualmente pelos viventes não

humanos. A base intelectual e religiosa que configura a modernidade seria, portanto, responsável pela assimetria moral existente em termos epistemológicos e práticos. Em outras palavras, o modo como pensamos e tratamos os animais seria reflexo dessa matriz do pensamento moderno. Portanto, de acordo com os defensores, seria preciso saber em quais circunstâncias esta ideologia foi edificada, pois “é a realidade histórica que revela o arbítrio das regras e valores sociais” (Gordilho, 2006: 48).

Autores como Emmanuel Kant e René Descartes são apontados como baluartes desse pensamento, que fez dos humanos superiores aos animais ou, em outros termos, que fez, de uns, sujeitos morais e, de outros, objetos. Os trabalhos desses autores são discutidos como inspiração e fundamento de nossa tradição ética, pois teriam influenciado os doutrinadores da época a excluírem os animais da esfera de consideração moral. Em seus textos, os defensores citam então as obras desses filósofos a partir de uma interpretação crítica, que identifica a defesa intelectual dos humanos como únicos seres dignos de respeito. Como foi dito no início deste capítulo, cabe mais uma vez afirmar que não é meu propósito avaliar a interpretação e crítica realizada pelos defensores, mas compreender como esses autores são mobilizados nas denúncias em favor da ética e do direito animalista.

Tomando como base os textos dos defensores, observamos que o pensamento do filósofo alemão Emmanuel Kant é considerado responsável por estabelecer uma diferença entre “pessoa” e “coisa”, com base na capacidade da razão. A partir desse critério, o autor estabelece que humanos são diferentes de coisas e, portanto, dos animais, já que são os únicos que possuem capacidade de raciocinar. Essa competência faria dos humanos seres dotados de vontades, liberdade, autonomia e, portanto, indivíduos singulares. Em comparação, os animais, sem capacidade de agir racionalmente, têm sua vontade explicada como fruto de mero instinto. Com base nessa diferença, a razão torna diferente a natureza da vontade de humanos e animais, fundando a moralidade do homem.

A tese da singularidade humana defendida pelo filósofo o levou a posicionar os seres humanos como membros do reino dos fins, de modo que sua vontade não poderia ser submetida a nenhum outro interesse que não o seu próprio. Desse pensamento resultaria a perspectiva sobre a preponderância da vida humana em detrimento de outras formas de vida: “No entender de Kant, todos os seres racionais possuiriam um valor intrínseco, sendo chamados de pessoa, em oposição aos seres da natureza que, por

serem desprovidos de razão, só possuiriam um valor relativo, o valor de meios e por isso são chamados de coisas” (Trajano, 2007: 247).

A proteção ética e jurídica dos humanos passa a ter a função de garantir o respeito à sua condição de sujeito nas relações sociais. Busca-se evitar qualquer objetificação dos seres humanos, já que passaram a ser vistos como um fim em si mesmo. Em oposição, a vida dos animais encontra sentido na sua utilização como instrumento destinado a atender aos interesses humanos. E, segundo os defensores, na medida em que seres humanos foram exclusivamente postos no centro do universo de preocupações morais, toda a vida restante “é considerada como um meio para o ser humano. De fato, o homem passou a ser a medida de todas as coisas e os animais passaram a existir apenas para servir aos interesses humanos” (Trajano, 2007: 248). De acordo com os defensores, o pensamento kantiano postula, portanto, que não existe qualquer obrigação moral de responder às necessidades que não sejam humanas. Nossos deveres com os animais seriam apenas indiretos, pois o seu verdadeiro fim é a humanidade:

Essa visão kantiana incorpora a ideia de que os interesses de um cavalo, por exemplo, não são reconhecidos pela lei porque, ainda que sejam expressados intencionalmente, são fruto do mero instinto, que, em última análise, constituiria a antítese da vontade. Somente os seres com autonomia absoluta agem de maneira completamente racional, e essa sua capacidade demanda que sejam tratados como pessoas. As coisas, por sua vez, não agiriam autonomamente, pois careceriam de vontade. (Lourenço, 2007: 214.)

O pensamento filosófico de Kant, como enfatizam os defensores, consiste em afirmar que a razão engendra uma distinção fundamental sobre a natureza dos interesses de humanos e animais. Essa diferença exprime ainda a natureza do próprio homem em comparação com as demais espécies de seres vivos. Diferentemente dos animais, os humanos são tratados como se possuíssem um valor inerente, sinônimo de dignidade e, por conseguinte, de “direitos morais básicos, tais como vida, integridade e busca de sua subsistência” (Trajano, 2013: 179). Por meio dessa comparação, haveria uma barreira irreconciliável: de um lado, apareceriam os animais como seres orientados por seu instinto e, do outro lado, os humanos, que têm sua vontade fundada na “autonomia”, “liberdade”, “racionalidade” e “autodeterminação”. Tais aspectos foram considerados inerentes à condição humana e elementos justificadores da visão do homem como único ser racional e, portanto, moral.

Ao lado de Emmanuel Kant, René Descartes é também considerado responsável por cristalizar “todos os preconceitos contra os quais hoje temos de lutar” (Felipe, 2007). O pensamento de Descartes é tratado pelos defensores como matriz intelectual que radicalizou a superioridade humana devido à sua capacidade exclusiva de raciocínio. Em ambos os autores, trata-se, portanto, da mesma tese: os animais seriam desprovidos de racionalidade e, por isso, não possuiriam autonomia e consciência de si. A negação da racionalidade aos animais por parte de Descartes tem como parâmetro a consciência humana e sua linguagem, pensada apenas como a capacidade de usar palavras. Desprovidos dessa forma de comunicação, o filósofo justifica que os animais não possuem consciência reflexiva. Em decorrência desse pensamento, os defensores ressaltam que Descartes se notabiliza pelo desenvolvimento da teoria mecanicista e do animal-máquina. O pensamento em torno dessas teorias é considerado crucial pelos defensores para entendermos o modo como os animais são tratados.

A teoria mecanicista de Descartes aparece como elemento novo em relação ao pensamento de Kant, pois elabora a comparação entre animais e máquinas. Esse pensamento defende uma analogia entre o funcionamento dos corpos animais e o funcionamento de máquinas. Ambos seriam igualmente regidos por movimentos mecânicos, ou seja, por impulsos externos e não racionais. Desse modo, o funcionamento dos órgãos nos corpos animais é equiparado a um relógio que funciona impulsionado por suas molas. O complexo orgânico no corpo dos animais funcionaria em reposta à disposição natural que lhe é inerente, não por outra inteligência ou consciência:

Se os animais gritam ao serem machucados, seus gritos são como o som emitido pelas cordas de um violino ao serem atritadas pelos pelos do arco. Os gritos não seriam de dor, pois gritar expressando dor é um ato que prova a existência da consciência. Se o dogma era o de que animais não são conscientes, então seus gritos não podem ser de dor (Felipe, 2012c).

Uma vez desprovidos de racionalidade, os animais seriam também desprovidos da capacidade de sentir. Para Descartes, como denunciam os defensores, os animais “não sentem dor, nem prazer, são seres brutos, estão à disposição do homem, máquinas livres de sofrimento” (Oliveira e Chalfun, 2009: 1232). Haja vista a ausência da capacidade de raciocinar e sentir por parte dos animais, o caminho teria sido aberto à

prática de experimentos científicos, de modo que essa atividade se tornou livre de empecilhos morais.

Além desses aspectos, outro elemento do pensamento cartesiano é abordado para identificar as características que levariam os animais a serem tratados como objetos. Os defensores atribuem a Descartes e sua teoria do animal-máquina a ideia de que os humanos possuem uma feição divina, pois o perfeito funcionamento dos seus sistemas orgânicos demonstraria a predileção de Deus em relação aos humanos. Nessa perspectiva, os animais são também destituídos de alma, e, portanto, diferentemente dos humanos, não gozariam da vida eterna. Em razão dessa perspectiva, os animais são tomados como seres desqualificados e inferiorizados perante os humanos. E, assim como no pensamento de Kant, os defensores afirmam que, de acordo com Descartes, os humanos não têm deveres para com os animais, pois “os seres não dotados de razão seriam como coisas e os seres humanos teriam apenas deveres humanos indiretos ao tratar com eles” (Trajano, 2007: 250). Através dessas compreensões, os defensores afirmam então que “Descartes que irá fundar o paradigma dominante que excluirá, por séculos, os animais de qualquer consideração moral”. (Trajano, 2007: 249)

O pensamento religioso cristão, além da discussão sobre esses dois autores, é também denunciado como responsável por atribuir superioridade moral apenas aos humanos e justificar sua dominação sobre os animais. Os dogmas religiosos são compreendidos como um obstáculo à aceitação dos direitos dos animais e, por esse motivo, os defensores acreditam que a religião “não pode ser subestimada ou relegada na investigação da problemática concernente à imagem que os seres humanos, majoritariamente, têm dos seres não humanos e das relações que mantêm com eles”. (Oliveira, 2011: 165). Fundamentalmente, o que justifica esse posicionamento é a crença das religiões monoteístas, como as religiões judaico-cristãs e o islã, de que a vida humana possui um valor supremo diante das outras formas de vida existentes. Para advogar em favor desse ponto de vista, o primeiro aspecto mencionado dessas religiões refere-se à ideia de que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança.

Em seus textos, os defensores selecionam trechos bíblicos para fundamentar o argumento denunciado. Passagens como a que diz “façamos o homem à nossa imagem e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas, e a todos os répteis, que se movem sobre a terra, e domine em toda a terra, (Oliveira, 2011: 171) constituiriam o caráter especial atribuído aos seres humanos ante outras espécies. A

semelhança entre homem e divindade traria como consequência a ideia de que “Deus nos dá uma natureza especial, divina, e nos permite reinar sobre a natureza e os outros animais” (Muller, 2013). Portanto, o pensamento religioso insere humanos e animais em uma relação de dominadores e dominados e, por meio dele, é fundamentado, conforme explicam os defensores, o estatuto moral exclusivo do homem.

O fato de que apenas os humanos possuem alma é acionado como outro aspecto oferecido pelo pensamento religioso que justifica o domínio humano. Como afirmam os defensores, “negar que os animais possuem alma, como já se afirmou para as mulheres, negros, índios, é pressuposto ou estratégia de dominação. Esta, junto com outras sentenças, colaborou sobremaneira para naturalizar a subjugação dos animais” (Oliveira, 2011: 166). Para os defensores, esses aspectos das doutrinas religiosas não nos deixam dúvidas sobre sua influência na maneira como tratamos os animais e, portanto, seria impossível conciliar religião e direitos dos animais, pois esta, ao contrário, serviu para consolidar o estatuto dos animais como objetos.

De certo, os defensores proclamam que as religiões não nos estimulam diretamente a tratar os animais de forma violenta, mas também não manifestariam explicitamente outro código de ações. O fato, tal como aparece na crítica realizada, é que ainda que tais formas de tratamento não sejam propagadas, esse modo de agir é o que se deriva da proximidade exclusiva do homem diante de Deus:

É comum afirmar que nenhuma religião – nomeadamente aquelas concepções religiosas aqui inventariadas – ensina maltratar os animais, desconsiderar os seus interesses, ser impiedoso, indiferente. A assertiva pode ser considerada verdadeira, em termos, pois nenhum sacerdote está a conclamar as crianças, os fiéis: “Vão, torturem estes animais!”, “Vamos deixar este animal sem água, comida, vamos queimar a sua pele!”, “Vá, jogue este produto químico nos olhos deste coelho!”, “Vamos encarcerar estes animais a vida toda!”, “Vamos retirar as suas peles e comer as suas línguas e seus figados!”, “Vamos degolar a galinha e comer seu coração!”, “Vamos sugar, como indústria, o leite da vaca ainda que com sofrimento e abreviando o seu tempo de vida!”. Pareceria bárbaro, pagão, antirreligioso, pregar algo assim do púlpito de uma sinagoga, de uma igreja, centro espírita ou de um templo indiano! Todavia, religiões, em maior ou menor medida, compactuam com isto. Não condenam tais práticas. Não anunciam ou não conclamam seus públicos a isto, mas participam silenciosamente do processo. Talvez por ignorância dos fatos, por constrangimento/vergonha ou insensibilidade. Inclusive em festas e cerimônias, como na Páscoa ou no Natal. Imagina-se: as religiões são, genericamente, benevolentes com os animais. Mentira! Podem ensinar a não chutar um cachorro na rua ou a não cantar Atirei o pau no gato... Porém, o que dizer da coisificação animal para alimentação? Das roupas de couro? Da experimentação com animais? Dos zoológicos? Manifestações institucionais e não individuais (comuns e não isoladas). Nada. No máximo, muito pouco. (Oliveira, 2011: 199)

De acordo com os defensores, a tradição filosófica e religiosa que marca o ocidente (nesses termos bem gerais) sedimentou a maneira como nos relacionamos com os animais e determinou o tratamento a eles destinados. Por meio dela, o homem se tornou “senhor do mundo”, “fim em si mesmo”, único detentor de “alma e vida eterna”, “raciocínio”, “sentimento”, “consciência”, “autopercepção”. Nasceu “para reinar sobre o planeta”, se tornou “o ápice da evolução, da criação, da vida, o centro do cosmos (ou [também] do caos?), a razão de tudo” (Oliveira, 2008). Atributos como racionalidade, autoconsciência, sensiência, agência, vontade e alma são absorvidos, portanto, como os elementos centrais nessa forma de entender o homem em comparação com os demais seres vivos. De acordo com a crítica dos defensores, todos esses aspectos adquirem critérios de verdade e são abordados como elementos constitutivos da essência propriamente humana do Homem. O “mal” que fazemos aos animais e, ao mesmo tempo, a “naturalização” ou “banalização” desses atos encontram aí sua origem e explicação.

Portanto, de acordo com os defensores, “é inegável, evidente, que o estatuto moral e jurídico dos animais não-humanos é enxergado por lentes culturais, as quais revelam, por meio do preconceito, um quadro de inferiorização, diminuição dos animais não humanos perante os humanos” (Oliveira, 2008). Retirada essa lente, sobra o fato de que o tratamento destinado aos animais não é ético. Sendo assim, no que diz respeito às interdições impostas pelos defensores, existe a pressuposição de uma condição “justa” a ser alcançada. Para tanto, a ética não deve ser antropocêntrica, pois do contrário, limita o alcance dos seres vivos implicados com a justiça. Os defensores realizam então o esforço de destruir essa lente, ou seja, refutar o paradigma que faz dos animais objetos e, por conseguinte, seres passíveis de serem instrumentalizados. É por este caminho, tornando animais não mais objetos, mas sujeitos morais, ou seja, alterando metafisicamente o seu estatuto, que os defensores buscam justificar suas denúncias contra a violência cometida aos animais.

Engano moderno sobre a singularidade humana

O critério da racionalidade, capacidade considerada especificamente humana, é mobilizado como critério importante na modernidade ou era da razão, para justificar que apenas seres humanos seriam merecedores de pertencer à comunidade moral. Ao tratar

sobre esse assunto, Jean-Marie Schaeffer (2007) fala do que seria a tese da exceção humana e aponta, nos mesmos termos que os defensores, que a razão é a forma moderna mais radical para garantir a especificidade humana frente as demais espécies. E, se é por aí que se constitui a diferença entre humanos e animais, será justamente por este caminho que os defensores buscarão apontar a semelhança biológica entre ambos e o aspecto que faria igualmente deles sujeitos morais. O questionamento da racionalidade como atributo exclusivamente humano, bem como a indagação se os humanos são invariavelmente capazes de agir racionalmente, nortearão a reflexão dos defensores sobre a fronteira entre humanos e animais, e a dicotomia sujeito-objeto. Esse esforço consiste em dar provas de que se é a razão que torna a vida humana sagrada, os animais também a possuem e por isso devem ser livres de qualquer dor, sofrimento ou exploração infligido pelos humanos.

Em um primeiro momento, os problemas em torno desse critério, conforme apontado pelos defensores, dizem respeito ao fato de que seria errôneo afirmar que os animais não possuem racionalidade. De acordo com os defensores, os animais não são privados de atividades mentais, ao contrário, possuem os atributos que na modernidade foram considerados exclusivamente humanos. Essa afirmativa, por sua vez, é apresentada pelos defensores com base em evidências científicas:

Seja como for, já existem provas científicas suficientes para constatar que os grandes primatas, os golfinhos, as orcas, os elefantes e animais domésticos, como cachorros e porcos, são considerados atualmente pela ciência como seres inteligentes, capazes de raciocinar e de ter consciência de si. (Gordilho, 2010: 358)

A racionalidade não é acionada como um critério por si só, ela traz em si a possibilidade de desenvolvimento por parte dos animais de inúmeras outras competências. E a observação dessas ações serviria também de comprovação da sua capacidade de raciocínio. Nesse sentido, se os animais são pensados como seres racionais, esse ponto de partida mobiliza também o fato de que são capazes de desenvolver diferentes outras atividades.

Estudos da psicologia experimental, da primatologia e da etologia são mobilizados pelos defensores para comprovar “o que qualquer bom observador, não contaminado pelo racionalismo europeu, sabe: animais como burros, cavalos, cachorros, macacos, pensam e querem”. Assim diferentes atitudes que deixariam claro o uso da racionalidade pelos animais são elencadas para comprovar o argumento em questão: os

animais são capazes de construir ferramentas para atender seus propósitos, de perceber a realidade externa, seja pressentindo a chegada de humanos ou seu estado de alegria e tristeza, ou mesmo localizar-se no espaço de modo a encontrar o caminho de volta para casa. São capazes, portanto, de elaborar uma cultura, de desenvolver uma linguagem própria. Em um artigo especificamente sobre as baleias é ressaltado que:

Estudos de observação comportamental têm comprovado que os cetáceos possuem códigos e dialetos bastante sutis, além de condutas típicas relacionadas à preservação da espécie. Uma baleia cachalote macho, por exemplo, pode emitir sons impregnados de musicalidade, a sua canção submersa para atrair a fêmea. A baleia cinzenta, da mesma forma que os golfinhos, desenvolve um nado sincronizado e repleto de símbolos ainda não compreendidos pelo homem. E o que não dizer da jubarte, conhecida como a bailarina dos mares? Já as baleias mães não abandonam os filhotes em hipótese alguma e, para defendê-los, são capazes de sacrificar a própria vida. Animais inteligentes e sociáveis, as baleias muito pereceram nas mãos daqueles que se vangloriam, indevidamente, de serem os únicos seres racionais do planeta. (Levai e Souza, 2009: 273).

Tais ações comprovariam a capacidade de raciocínio e inteligência dos animais, que são considerados aspectos fundamentais para a redefinição de sua natureza ontológica. A médica veterinária Rita Leal Paixão apresentou no Segundo Encontro Carioca de Direitos dos Animais (2010) uma conferência que pretendia justamente discutir “quem é esse animal para o qual se defende direitos ou para o qual se defende o estatuto moral?”. Para abordar essa questão, Rita Leal Paixão relatou em sua palestra dados científicos que apresentam os animais como seres que possuem diferentes capacidades cognitivas. Para ilustrar seu argumento, a médica veterinária narrou os resultados da pesquisa comportamental do psicólogo americano Harry F. Harlow, como descrevo a seguir:

Em um de seus primeiros experimentos famosos ele mostrou que o macaco é capaz de escolher, entre dois objetos, aquele que havia sido determinado pelo pesquisador e ao fazer essa escolha, quer dizer, escolher o que o pesquisador quer que ele escolha, o animal era recompensado. Então rapidamente ele aprendia a fazer a escolha certa, ou seja, escolher aquele que o pesquisador queria que ele escolhesse para ganhar a recompensa e na tentativa seguinte, ele sempre repetia a mesma escolha. Numa segunda abordagem ele passa por um teste que é uma escolha entre três objetos para ver qual o objeto diferente e também, rapidamente o macaco aprende qual é esse objeto diferente e mais do que isso, ele aprende então que ele deve fazer sempre aquela escolha. Ou seja, isso vai aparecer no trabalho de Harlow, ele aprende o aprender (Encontro Carioca de Direito dos Animais, Rio de Janeiro, 2010).

De acordo com a defensora, esses estudos, realizados nas décadas de 1960 e 70, são importantes porque romperam com o predomínio da escola behaviorista que, desde os anos 1920, trabalhava apenas com as respostas de animais a estímulos externos. Como enfatizou em sua palestra, “não se falava em consciência dos animais, mente dos animais, racionalidade, isso não era simplesmente abordado. O que se propunha a estudar quando se falava em comportamento animal era como esse animal reage a estímulos externos”. Segundo a médica veterinária, foi a partir dos trabalhos de Harlow, ao lado de outros, como o da primatóloga Jane Goodall e do também psicólogo Wolfgang Köhler que os estudos científicos abriram caminho para pensar sobre as ações animais, diferentemente da perspectiva de que se tratam de respostas autômatas, que como salientou, é uma tendência seguida desde René Descartes. Discutimos que o filósofo define que os animais respondem aos estímulos a partir de reflexos, pois não possuem razão, linguagem e nem alma. Mas a partir desses novos trabalhos surgiram ideias contrastantes. De acordo com Rita Leal Paixão, desde então se passou a pensar que os animais “conseguem aplicar um princípio para aplicar às suas ações específicas, ou seja, já entrando aí em uma esfera cognitiva maior” (Paixão, 2010).

Mas o que exatamente significa dizer que os animais raciocinam? Podemos dizer que essa afirmativa não significa a atribuição de uma simples competência, mas capacita-os no aspecto primordial que faz dos seres humanos mais do que corpos materiais, mas sujeitos morais. Em razão dessa semelhança apontada, os animais emergem no discurso dos defensores não mais como seres que agem de forma automatizada, mas como agentes que se constituem nos moldes da vida humana: a partir da racionalidade e, por conseguinte, da consciência de si. Se estes critérios garantem ao homem sua essência moral, no entendimento dos defensores, deve garantir também aos animais.

O raciocínio humano, em comparação com a capacidade de raciocinar dos animais, é tratado pelos defensores como um tipo próprio e não como capacidade exclusiva. Entre humanos e animais haveria diferentes formas de exercer a capacidade de raciocinar, que dizem respeito a uma diferença de habilidade em termos de tipo ou nível. Sendo assim, para os defensores, os animais também possuem essa capacidade, embora ela se manifeste de maneira distinta por seguir uma lógica diferente da racionalidade humana, ou por ter um nível de complexidade distinto. Mas em todo caso, o ponto importante é que, para os defensores, a capacidade de raciocinar não pode mais

ser considerada uma habilidade exclusivamente humana. Então, se “por milênios pensou-se que o fato de ser capaz de raciocinar logicamente nos moldes do raciocínio lógico típico dos humanos bastasse para definir quem merecia respeito moral” (Felipe, 2009), essa perspectiva não poderia mais fundamentar a exclusividade da pessoa humana como sujeito moral:

Atente-se: se as postulações de que o ser humano é o único animal racional, de que é o único detentor de linguagem, de que é o único ser social, de que exclusivamente ele produz cultura, de que é o único animal capaz de assumir ou, mais rigorosamente, de entender que possui deveres, de que carrega a exclusividade de ser agente moral – estas duas últimas assertivas, notadamente a segunda, amplamente admitidas, mesmo entre os defensores dos direitos dos animais –, entre outras tantas investidas na linha de assim singularizar a humanidade (como, v.g., o ser humano é o único animal que ri, que sente saudade, que projeta o futuro), atributos privativos (e não compartilhados em graus e/ou qualidades) já foram contestados, atestados como falsos, transformados em terras movediças (...). (Oliveira, 2011: 168)

Observamos então que a racionalidade, critério por excelência mobilizado para apontar a superioridade humana e que serve de base para outras competências, como linguagem, autoconsciência, juízo moral etc, é problematizada pelos defensores para se chegar a seguinte conclusão: este critério não é suficiente para operarmos uma distinção moral entre humanos e animais, e, portanto, excluí-los da comunidade moral da qual pertencemos. Para os defensores, nossas diferenças físicas com os animais, assim como as diferenças sobre como determinadas habilidades se configuram, não podem orientar princípios éticos distintos, e, portanto, indicam as inconsistências de um paradigma que, segundo suas considerações, condena os animais à condição de objetos.

O erro da modernidade, e que nos permite considerar seus princípios como não éticos, conforme a perspectiva dos defensores, é que por meio dela não se reconhece o que ou quem os animais verdadeiramente são. Ao contrário disso, o paradigma moderno ignora a natureza dos animais e nega a sua racionalidade por consequência, sua dignidade moral. A crítica a modernidade, de maneira fundamental, diz respeito a perspectiva de que “a ideia dominante do homem como razão e vontade ou como autoconsciência se tornou insuficiente, pois os animais também as possuem” (Lourenço, 2009). Desse modo, não apenas os humanos “pensam” e “querem”, mas os animais também. Com base nessa igualdade, os defensores (re)inventam ontologicamente os animais. A partir dessa nova condição, reivindicam que os mesmos sejam considerados sujeitos morais e compartilhem do mesmo estatuto moral e jurídico que os humanos.

Animais: seres sencientes, vítimas de dor e sofrimento

Ao sustentar que animais e humanos são simétricos enquanto seres racionais e portanto merecedores de pertencer a mesma comunidade moral, os defensores também fazem dos animais vítimas de dor e sofrimento infligidos por nós, humanos. Trata-se de dizer que a (re)definição do animal como um ser racional importa politicamente porque sua capacidade de raciocinar o habilita a experimentar sua vida a partir das emoções sentidas. Conforme essa nova realidade dos animais, os defensores realizam igualmente o esforço de atribuir um novo sentido ao que acontece com esses seres nas diferentes atividades em que estão inseridos em nossa sociedade: atividades de produção de alimentos, experimentação científica, entretenimento, etc. A utilização de animais para esses diferentes fins é entendida como ações que violam seu corpo e seu espírito porque são assassinados, torturados e enclausurados. Nesse sentido, trata-se de pensar que se em um primeiro momento os defensores buscam dar respostas a pergunta *quem é esse animal merecedor de direitos*, trata-se agora de observar que os defensores têm o propósito de nos fazer enxerga-los não apenas como sujeitos, mas sujeitos que são vítimas de inúmeras formas de violência física e emocional.

Ao lado da razão, a noção em torno da senciência (termo que classifica os seres que têm capacidade de sentir) se torna uma categoria central, que atravessa humanos e animais na busca de direitos e na delimitação dos seres implicados com a justiça. A reivindicação de que os animais são seres que devem ser incluídos na mesma comunidade moral que os humanos é entendida pelos defensores como uma ação que visa “o respeito à igualdade da condição de sermos todos seres vivos vulneráveis à dor e à morte, à angústia e ao sofrimento” (Felipe, 2008). A morte nos frigoríficos, a tortura nos laboratórios, o trauma da separação dos filhotes nas indústrias do leite, a privação da liberdade nos zoológicos, etc, entre outros abusos, são situações que merecem consideração moral porque produzem dor e sofrimento. Portanto, as discussões em torno do sofrimento é o elemento que tornaria a continuidade dessas práticas uma situação de injustiça.

Nesse sentido, caso possamos considerar a primeira estratégia discutida para a elaboração de uma nova condição dos animais um apelo à nossa razão, nesse momento a ideia é discutir que os defensores se mobilizam também para realizar um apelo aos nossos sentidos. Seja nos livros e artigos publicados, bem como em suas palestras, é

possível observar descrições sobre as situações vividas pelos animais em frigoríficos, zoológicos ou laboratórios científicos, que evidenciam o que seriam os tormentos físicos e psicológicos pelos quais os animais passariam. Portanto, essas descrições trazem uma nova narrativa sobre os animais e também sobre as suas condições de vida ao serem apresentados não como unidades produtivas, por exemplo, mas como seres que sofrem.

Essa narrativa, por sua vez, precisa ligar com a questão sobre o que seria o processo de invisibilidade dos animais. A nossa vida cotidiana está cercada de animais nas mais diferentes situações. Seja como animais de companhia, fonte de alimentos ou matéria-prima para vestuário e itens de casa. E, ainda de forma indireta, como parte do processo para fabricação de remédios ou produtos para higiene pessoal. Podemos dizer que a presença de animais nessas situações é ocultada, no sentido de que não prestamos atenção em como é produzida a carne, não nos preocupamos em conhecer o modo como se realizam os testes com animais, por que acontecem, ou qual a situação vivida pelos animais de zoológicos. De fato, podemos dizer que os animais estão inseridos em nossa vida diária, mas, de maneira geral, desconhecemos essas formas de inserção. Embora tais relações com os humanos sejam institucionalizadas, asseguradas e regulamentadas pelo governo e pelo mercado, estas são caracterizadas pela “invisibilidade” dos animais.

Uma possível abordagem para pensarmos sobre esse desconhecimento poderia ser baseada na discussão de Anthony Giddens sobre os “sistemas peritos”. Conforme o autor, nas sociedades modernas, existem sistemas “de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (1991: 30). Esses sistemas nos envolvem, mas são caracterizados pelo fato de que não possuímos um conhecimento mínimo das técnicas e modalidades aplicadas. O autor cita como exemplo que, ao subirmos uma escada, sabemos que ela pode desabar, mas temos “confiança” de que esta tragédia não irá acontecer, a despeito do pouco ou nenhum conhecimento sobre a sua construção. Para o autor, as sociedades modernas são baseadas na confiança nesses sistemas peritos, que se dá pela fé e não pelo conhecimento sobre seus funcionamentos. O autor conclui então que os sistemas peritos promovem um “desencaixe”, pois removem as relações sociais das imediações do contexto dessas atividades.

Quando compramos um bife no supermercado, embalado e congelado, não temos conhecimento sobre todas as etapas técnicas para que esse produto chegue às prateleiras do supermercado. Ignoramos, no sentido de desconhecemos, todos os procedimentos para a transformação do animal em mercadoria. Conforme essa perspectiva, nosso desconhecimento se refere ao “desencaixe” tratado por Giddens. Podemos dizer então que os frigoríficos são sistemas peritos por excelência. Esses ambientes são compostos por um aparato técnico e industrial que mobiliza saberes múltiplos, como a engenharia de produção, de alimentos, medicina veterinária, zoologia etc. A carne tem presença quase diária em nossas refeições, mas, ao mesmo tempo, desconhecemos a maneira como é produzida, que envolve desde a chegada dos animais a esses locais até as etapas de embalagem, isso sem levar em conta os procedimentos técnicos para o nascimento dos animais, que envolve, por exemplo, a manipulação genética de embriões.

Entretanto, a despeito do “desencaixe” ser tratado como uma característica das sociedades modernas, que não são específicas às relações que envolvem os animais, o objetivo dos defensores é o de denunciar esse “desencaixe” como uma “invisibilidade”, e fazer desse processo um problema ético. A manipulação de animais nas diversas atividades é tratada como um ato de crueldade humana que ignoramos, seja pelo desconhecimento ou pelo desprezo do que acontece. Todas as situações que fazem uso de animais são, portanto, veementemente criticadas com relação às condições degradantes de vida infligidas a esses seres.

Os defensores se esforçam por romper tal desconhecimento, trazendo todas essas formas de “crueldade” à tona por meio de denúncias, na forma de texto e imagens. Através de descrições ou veiculação de imagens, os defensores buscam “nos esclarecer” sobre as formas de violência das quais os animais são vítimas, de modo que seria percebido e explicado “o mal que fazemos”. Existe, portanto, na abordagem dos defensores uma nova narrativa que reconfigura nossa percepção sobre os modos de interações entre humanos e animais nesses ambientes. Ao denunciar nossa “cegueira moral”, os defensores apontam como não se trata apenas de por fim à invisibilidade física dos animais, mas também à invisibilidade moral. Como exemplo, podemos citar o fato de que não basta saber que os animais são mortos, é preciso compreender essa morte como um assassinato e não como mais uma etapa produtiva ou mais um procedimento técnico.

A tarefa de tornar os animais “visíveis” baseia-se em descrições das diferentes atividades em que estão inseridos. Como passo elementar, os defensores buscam explicitar essas situações e trazê-las para o centro de nossas preocupações. Mas não devemos tomar esse esforço como simples descrições, pois há também o trabalho de (re)significação do modo de vê-las. De maneira corrente, as atividades em que os animais estão inseridos são visualizadas e percebidas sobre um viés produtivo, técnico, de utilidade, de necessidades humanas e, ainda, sobre o que seria a natureza da relação entre humanos e animais. Mas os defensores pretendem que estas atividades sejam vistas e, portanto, condenadas sob uma lente moral, que leve em conta o que seriam as agressões infligidas. Como afirma Lyle Munro (2005), as manifestações em favor dos direitos dos animais têm a pretensão de provar que se trata de um problema “não muito diferente do abuso infantil ou da violência entre casal, ou seja, de abusos que são moralmente objetiváveis porque as vítimas são populações vulneráveis de humanos e não humanos” (p. 2). Tais descrições pretendem deixar visível que o uso dos animais implica em dor e sofrimento e, portanto, não pode ser tolerado e nem considerado ético.

As principais atividades discutidas pelos defensores são os chamados usos de animais para fins de entretenimento – como zoológicos, circos, rodeios –; para produção de alimentos e vestuário – como carne, leite, ovos, couro –; em rituais religiosos – como objetos sacrificiais e, por fim, nos métodos de experimentação científica. Em todas essas ações, são denunciadas a “morte”, o “sistema de confinamento”, a “vida artificial”, a “alimentação forçada”, a “tortura”, a “violência” e “agressões físicas e psicológicas” sofridas. Em linhas gerais, é denunciado o que seria “toda a barbaridade de nossos gestos” perante os animais. A partir desse novo olhar, hábitos tidos como simples e corriqueiros são tratados e denunciados como uma gravíssima situação de maus-tratos.

Utilizando a indústria da carne como exemplo, observamos que os defensores avaliam esses procedimentos como um “problema ético” na medida em que levam em conta a condição de vida física e psicológica dos animais. Nesse caso, a descrição dos ambientes de vida e morte dos animais é feita num tom de filme apocalíptico, tanto pelo que ocorre fisicamente, quanto em razão das provações mentais que os animais passariam para suportar as condições em que são obrigados a viver e morrer. Nesse sentido, o objetivo em torno da ressignificação dessas práticas é o de dar visibilidade

aos animais não como matéria-prima para a produção de alimento, mas como seres que têm uma vida para viver, e mais ainda, o interesse de permanecer vivo.

Conforme os defensores denunciam, a indústria da carne promove diariamente o “assassinato” de milhares de animais e, por este motivo, tal atividade deveria ser interrompida. A denúncia, colocada nesses termos, não adquire a relevância que os defensores desejariam para a maioria de nós. Não só a relevância não é conquistada, como essa denúncia não é levada a sério, pois cotidianamente nos alimentamos de carne sem considerarmos que estamos envolvidos em alguma forma de assassinato. Desse modo, as ações em favor dos animais consistem em demonstrar/convencer que os animais são vítimas de assassinato por nós humanos. Pois não se trata só de fazer a denúncia, mas de legitimá-la ou, em outras palavras, torná-la crível. Os defensores pretendem transformar nosso modo de ver e nossa sensibilidade para tratarmos tais situações sob o ponto de vista da ética animalista. Sendo assim, as descrições realizadas adquirem outra conotação em comparação com a discussão corrente a respeito do que ocorre com os animais. Pedagogicamente, outros aspectos são mobilizados a fim de demonstrar e de nos convencer da violência da qual os animais são vítimas.

Nesses termos, observamos o que seria, pela perspectiva dos defensores, um resgate (e pela perspectiva antropológica, uma elaboração) da condição animal enquanto ser orgânico. Os defensores falam das “fezes”, “pulmões”, “olhos”, “ossos”, “asas”, “bicos”, “tecidos nervosos”, “pele”, “cauda”, “dente”, “gestação”, “útero” como um esforço de tornar concreto a realidade orgânica dos animais e mostrar o sofrimento no modo como cada uma dessas partes do corpo seria violentada. Os defensores, com essas descrições, pretendem nos informar, lembrar ou nos conscientizar do que estaria implícito a respeito da vida dos animais quando, por exemplo, nos alimentamos de carne:

Creio que poucas pessoas sabem, de fato, que, ao comerem uma carne bovina assada, estão comendo pedaços do corpo de um animal que nascera para viver de 17 a 25 anos. Mas esse animal foi apunhalado e tirado da vida aos 2 anos. Ao comerem “frango assado”, os humanos não sabem que estão ingerindo pedaços do corpo de um animal que nasceu para viver de 15 a 20 anos, mas foi degolado aos 43 dias de vida. (...). Ao comerem “pernil” ou “presunto”, os humanos não sabem que estão ingerindo pedaços de um animal que nasceu para viver de 10 a 12 anos, mas foi apunhalado aos 140 dias de vida. Para comer, os glutões humanos amputam a vida dos animais cobiçados. Sim, comemos em excesso, por gula, não por necessidade (Felipe, 2011a).

Assim, se os chamados animais de produção, notadamente bovinos, suínos e aves, chamam atenção pelos números produtivos e pelo papel ocupado na economia, não é isso que se torna importante na ênfase atribuída pelos defensores. No Brasil, é fácil sabermos quantas toneladas de carne foram produzidas a partir de informações disponibilizadas, seja nos órgãos estatais responsáveis sobre o assunto, como no endereço eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seja em notícias jornalísticas através das quais esses dados são divulgados. Do ponto de vista institucional, as descrições a respeito dos números produtivos ou da forma como esses animais são tratados parecem ter a função de produzir um conhecimento sobre uma importante atividade econômica, ou para que possamos desenvolver formas de manejo mais eficazes do ponto de vista produtivo ou nutricional.

Entretanto, conforme as denúncias dos defensores, os dados que não levam em conta essa abordagem são destituídos de crítica. Pois ignoram o fato de que os animais são privados de uma “vida minimamente decente”, uma vez que são “mortos precocemente”, “abarrotados em jaulas”, “separados de suas crias” etc. Observamos então que, se por um lado, a produção de alimentos de origem animal é tida como legítima em razão de critérios econômicos, de saúde, de preferências individuais de gosto, ou do que seria a vocação natural dos animais: servirem de alimentos. Por outro lado, os defensores criminalizam esses argumentos com a justificativa fundamental de que o ato de se alimentar de carne promove uma situação de crueldade. Essa perspectiva fica clara também, quando os defensores denunciam uma prática corriqueira de nossa sociedade – os churrascos:

Em quase todos os lares cadáveres de animais de outras espécies são assados para se comemorar alguma coisa, por mais trivial ou corriqueira que seja. Animais são assassinados aos milhões para que humanos supernutridos se encham ainda mais de proteína inútil e prejudicial. (...) O fogo ateadado, para o churrasco e para o prazer vil de contemplar um animal em agonia e desespero, nada mais representa do que a expressão de uma moralidade que se alimenta da matança dos corpos indefesos dos animais que foram forçados ao nascimento em confinamento, e vendidos para serem destruídos e cortados em pedaços buscados pelos consumidores nas gôndolas dos açougues onde quer que estejam instalados (Felipe, 2010b).

O que entendemos como nossas necessidades alimentares, os defensores tratam como um desejo fútil. Observa-se então que essas descrições denunciam a existência de um “horror vivido”, desde o nascimento até a morte, em razão do fato de que

“agredimos violentamente e matamos bilhões de animais para colocar um naco do que antes era seu corpo entre nossos grãos de arroz e feijão no prato” (Felipe, 2012B).

Tal forma de ressignificar ontologicamente o animal, passando pela violência sofrida, adquire reforço com o entendimento de que a qualificação sobre as condições vividas não se refere a um ponto de vista, mas ao que seria a materialidade dos fatos: “Dor é dor, exploração é exploração, humilhação é humilhação, não importando a cor da pele, a etnia, o tamanho do nariz e, por incrível que pareça, nem mesmo a espécie” (Jacobson, 2007). O entendimento levado à frente pelos defensores é que todas as formas de violência não dependem de nossos juízos, existem por si só e, por conseguinte, devem ser condenáveis. Nesse caso, as descrições sobre as condições de vida dos animais têm a pretensão de revelar que formas de tratamento consideradas cruéis devem ser pensadas de forma igual para humanos e não humanos. Não deveria haver diferenças sobre a interpretação de situações vivenciadas por ambos.

Ao considerar que as diversas formas de violência às quais submetemos os animais são fatos que existem por si, os atos responsáveis por colocar fim à vida, seja de humanos ou animais, são, para os defensores, indiscutivelmente formas de assassinato e tortura. Portanto, os defensores partem do princípio de que “o reconhecimento de que existe um direito dos animais, a partir do direito dos homens, não se restringe a divagações de cunho abstrato ou sentimental. Ao contrário, é de uma evidência que salta aos olhos e se projeta no campo da razão” (Levai, 2006: 188). Nesse sentido, as descrições, tomadas como um espelho da realidade são tratadas pelos defensores como uma forma de informar as pessoas sobre o que verdadeiramente acontece aos animais. A pretensão é que, no momento em que as pessoas adquirirem conhecimento sobre o que ocorre nas fazendas industriais, por exemplo, deixariam de praticar, apoiar ou compactuar com tais atividades.

Considerações finais

Os animais são, atualmente, um ponto de debate entre diversos agentes que colocam em questão a sua realidade ontológica em termos científicos, filosóficos, políticos, morais e jurídicos. Conforme a perspectiva dos defensores dos animais, existe hoje um equívoco, que se constituiu em uma injustiça, que é a consideração e o tratamento que os animais recebem a partir de sua definição como objetos (a)morais.

Em contra-posição a este modo de consideração e tratamento, os defensores buscam refutar essa posição com argumentos científicos e filosóficos e, ao mesmo tempo, elaborar uma nova realidade em que animais sejam vistos como sujeitos morais e merecedores de direitos. Esse esforço consiste em um projeto político que visa a atribuição de consideração moral aos animais, de modo que sejam dados a eles proteções que os impeçam de serem vítimas de dor e sofrimento inflingido pelos seres humanos.

Através da análise dos argumentos mobilizados pelos defensores, e levando a sério sua expressão de um outro mundo possível, observamos como esses agentes propõem uma nova ordem social, capaz de unir humanos e animais segundo a perspectiva de proteção moral e jurídica. Trata-se de afirmar então que os defensores discutem e buscam operacionalizar o começo do direito dos animais, como uma prática e um discurso de resistência ao que seria a dominação antropocêntrica que vigora desde o surgimento da modernidade. Portanto, a (re)definição sobre o que ou quem são os animais diz respeito a uma revisão do paradigma moderno, que teria sido responsável, através de suas ideias, pelo rebaixamento dos animais a condição de objetos, e por coloca-los para fora da comunidade moral, cujo apenas humanos passaram a fazer parte.

Em linhas gerais, a busca de respostas sobre *quem é esse animal titular de direitos* nos levou à ideia de que, tal como os humanos, esse animal também possui capacidades racionais. Através de estudos científicos, os defensores buscam identificar nesses seres competências que são compartilhadas com os humanos. E por meio delas reafirmam outro entendimento ontológico dos animais, que não repousa na separação radical da natureza humana. A nova percepção científica do comportamento animal, levantada pelos defensores, consiste em dar provas de que os humanos não possuem exclusividade na capacidade de raciocinar. A razão une humanos e animais, de modo que não nos constituímos de forma separada dos demais seres. Desse modo, se por um lado os defensores afirmam que somos diferentes: os animais não são humanos, como os humanos não são animais. Mas, por outro lado, os defensores afirmam que os animais são como os humanos, pois raciocinam e possuem uma vida interior tal qual os humanos.

A capacidade de raciocinar por sua vez, é tratada ao lado da sensibilidade como componente importante para a (re)definição do animal. A perspectiva de que os humanos possuem igualmente a capacidade de sentir, e mais especificamente de sofrer,

é mobilizada como um importante eixo que fundamenta a ética proposta. Trata-se da mesma tentativa de identificar características animais semelhantes às humanas a fim de diminuir o espaço que separa os viventes e tornar os animais capazes de serem considerados “vítimas”. O movimento postula que devemos ter consideração moral pelos animais, e o fato deles “sentirem sofrimento e dor” aparece de forma recorrente para justificar o novo tratamento que está sendo reivindicado.

Observamos ainda que a simetria entre humanos e animais, por vias racionais éticas e jurídicas, é elaborada como expressão de verdades absolutas, fundamentando a condenação das situações vividas pelos animais. A disputa em torno da realidade dos animais e do tratamento a eles conferidos faz parte de um projeto político, com pretensões normativas sobre o modo como se dá a relação entre humanos e animais. Minha perspectiva ao levar a sério o modo como os defensores dos animais empreende esse esforço consistiu em compreender como esses agentes colocam em questão a fronteira fundamental entre natureza e cultura que caracteriza a modernidade. Nesse sentido, mais do que me posicionar acerca da resposta sobre *o que ou quem são os animais*, meu esforço aqui consistiu em discutir sobre como os defensores discutem essas questões. E ainda pensar em como as transformações no modo como entendemos e tratamos os animais têm consequências políticas que não se reduzem à abstração conceitual que organiza o mundo a partir de categorizações binárias. Mas diz respeito a questões centrais de nossa vida cotidiana como nos alimentarmos de carne ou utilizarmos animais em procedimentos científicos de experimentação.

A atuação dos defensores pode ser pensada como uma forma de relativizar a perspectiva do animal como objeto, na medida em que reivindica seu status de sujeito. Essa relativização, por sua vez, assume contornos morais, econômicos e políticos que interferem em diferentes aspectos da vida social. O empreendimento moral dos defensores em construir um quadro racional ético e jurídico que justifique a consideração dos animais como sujeitos de direitos pressupõe que nós sejamos capazes de concordar, em termos lógicos, que os animais são sujeitos e, por conseguinte, que devem ter seus interesses respeitados. Nesse caso, o projeto intelectual e militante dos defensores consiste no esforço de desvendar racionalmente a verdadeira natureza dos animais e elaborar um universo de preocupações que garanta o pleno desenvolvimento do seu ser enquanto espécie e indivíduo, através da proteção moral e jurídica.

Referências

- BARATAY, Éric. *Le point de vue animal. Une autre version de l'histoire*. Paris. Éditions du Seuil, 2012.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. *Direito(s) e agências não-humanas: como julgar os atos de um animal*. In: XIX. Reunião Brasileira de Antropologia: Natal/RN, 2014.
- CELKA, Marianne. *L'Animalisme: enquête sociologique sur une ideologie et une pratique contemporaines des relations homme/animal*. Sociology. Université Paul Valéry - Montpellier III; Universidade do Minho, 2012. França.
- DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. São Paulo: Unesp: 2002.
- FASSIN, Didier. *Ethics of Survival. A Democratic Approach to the Politics of Life.Humanity*. International Journal of Human Rights, Humanitarianism and Development. N. 1, p. 81-95, 2010.
- FELIPE, Sonia. *Somatofobia: violência contra animais humanos e não-humanos; as vozes dissidentes na ética antiga* (parte I). [S.I.] Olhar animal, 2007. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/25/11/2008/altruismo-animalesco>>. Acesso em 22 mar. 2012, 10:53:31.
- _____. *Comunidade moral*. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/29/12/2009/comunidade-moral>>. Acesso em 29 nov. 2011, 23:20:15.
- _____. *Moralidade legalista vs. ética* [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2010a. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/05/10/2010/moralidade-legalista-vs-etica—urubus-na-bienal>>. Acesso em 05 mar. 2012, 09:37:20.
- _____. *A ética e o urubu*. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2010b. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/22/09/2010/a-etica-e-o-urubu>>. Acesso em 29 jun. 2012, 08:38:30.
- _____. *“Vida” assassinada*. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2010c. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/05/11/2010/vida-assassinada>>. Acesso em 12 fev. 2014, 22:45:41.
- _____. *O sono das galinhas*. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2011. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/01/06/2011/o-sono-das-galinhas>>. Acesso em 14 jun. 2012, 15:04:20.
- _____. *Mimos e Manhas?* [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2012. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/12/2012/mimos-e-manhas>>. Acesso em 10 nov. 2013, 09:26:30.
- _____. *Consciência na neurociência* [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2012b. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/19/09/2012/consciencia-na-neurociencia>>. Acesso em 30 jan. 2013, 22:45:13.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GORDILHO, Heron José Santana. *Espírito animal e o fundamento moral do especismo*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 1, p. 37-66, 2006.
- GORDILHO, Heron et all. *Habeas Corpus em favor de Jimmy, chimpanzé preso no Jardim Zoológico de Niterói - Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, Vol. 6, p. 341-384, 2010.
- HACHE, Émilie; LATOUR, Bruno. *Morality or moralism? An exercise in sensitization*. In: Common Knowledge, Vol. 16, n°2, pp. 311-330, Spring 2010.
- JACOBSEN, Rafael Bán. *Sobre a polêmica do Holocausto Animal*. [S.I.] Pensata Animal, 2007. Disponível em: <<http://www.pensataanimal.net/arquivos-da-pensata/75-rafaeljacobsen/165-sobre-a-polemica>>. Acesso em 08 nov. 2013, 17: 54: 39.

- LEVAI, Laerte. *Crueldade consentida – Crítica à razão antropocêntrica*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 1, p. 171-190, 2006.
- LEVAI, Laerte e SOUZA, Verônica Martins. *Memórias de sangue: a história da caça à baleia no litoral paraibano*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 5, p. 269-292, 2009.
- LOURENÇO, Daniel Braga. *A liberdade de culto e o direito dos animais* (parte 2). Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 3, p. 271-290, 2007.
- _____. In memoriam Antonio Junqueira de Azevedo. [S.I.] *Agência de notícias de Direitos Animais*, 2009. Disponível em: < <http://www.anda.jor.br/26/11/2009/in-memorian-antonio-junqueira-de-azevedo> >. Acesso em: 21 fev. 2011, 21:18:27.
- MULLER, Bruno. *Deus abraamico e antropocentrismo*. [S.I.] Pensata animal, 2008. Disponível em: <<http://www.pensataanimal.net/arquivos-da-pensata/42-brunomuller/223-deus-abraamico-e-antropocentrismo>>. Acesso em 20 jan. 2013, 08:36:11.
- MUNRO, Lyle. *Confronting Cruelty: moral orthodoxy and the challenge of the animal rights movement*. Bolston: Brill Leiden, 2005.
- OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. *Especismo Religioso*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 8, p. 161-220, 2011.
- _____. *Estado Constitucional Ecológico: em defesa do Direito dos Animais (não-humanos)*. [S.I.] Âmbito Jurídico, 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3174>. Acesso em 14 fev. 2011, 18:33:21.
- OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de; CHALFUN, Mery. *Experimentação animal: por um tratamento ético e pelo Biodireito*. In: XVIII Encontro Nacional CONPEDI, 2009, Maringá. Anais do XVIII Encontro Nacional CONPEDI. Florianópolis: Boiteux, 2009. p. 1228-1257.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. *La fin de l'exception humaine*. Paris: Éditions Gallimard, 2007.
- TRAJANO, Tagore. *Direito animal e hermenêutica jurídica da mudança: a inserção da linguagem dos movimentos sociais em um novo significado jurídico*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, Vol. 4, n. 5, p. 235-268, 2009.
- _____. *Direito animal e os paradigmas de Thomas Kuhn: Reforma ou revolução científica na teoria do direito?* Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 3, p. 239-270, 2007.
- _____. *Direito animal e pós-humanismo: formação e autonomia de um saber póshumanista*. Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução, Salvador, BA, n. 14, p. 161-259, 2013.

Recebido em: 29/10/2016.

Aprovado em: 29/11/2016.